



MUNICÍPIO DE MURÇA

CÂMARA MUNICIPAL

CONTRATO

“Representação jurídica da Câmara Municipal de Murça na ação administrativa de processo comum emergente de vínculo de emprego público interposto por Marcelino de Assis Gomes Augusto, funcionário do Município de Murça. Processo 24671/18.1BEPRT”

Entre

O Município de Murça, pessoa coletiva nº 506 862 763, com sede na Praça 5 de outubro – Murça, representado pelo Presidente do seu órgão executivo, Dr. Mário Artur Correia Lopes, no exercício de funções e nos termos da alínea f) do nº 2 do artº 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, com domicílio [REDACTED] [REDACTED] concelho de Murça, detentor do Cartão de Cidadão nº [REDACTED] válido até 14/01/2020, contribuinte fiscal nº [REDACTED] adiante identificada como **Primeiro Outorgante**,

E

A empresa **Ramos Pereira e Sampaio e Associados, Sociedade de Advogados, SP, RL**, com sede na Rua do Aleixo, n.º 53, 3ºB, 4150-043 Porto, com o NIPC 508 980 526, aqui representada por Carlos Miguel Ramos Pereira com o número de identificação fiscal nº [REDACTED] que outorga na qualidade de Administrador, com poderes para o ato nos termos da cópia do Livro de Registo de Sociedades de Advogados e adiante designada por **Segundo Outorgante**.

Na sequência da adjudicação realizada por despacho datado de 20-11-2018 e da aprovação da minuta do contrato por despacho datado de 20-11-2018, ambos do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acordam em celebrar o presente contrato que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª (Objeto)

O presente contrato tem como objetivo o fornecimento de serviços de advocacia para defesa do Município de Murça na ação administrativa de processo comum emergente de vínculo de emprego público interposto por Marcelino de Assis Gomes Augusto, funcionário do Município de Murça. Processo 24671/18.1BEPRT

Cláusula 2ª (Preço Contratual)

O preço contratual é de 19.500,00 € (dezanove mil e quinhentos euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.



MUNICÍPIO DE MURÇA

CÂMARA MUNICIPAL

Cláusula 3ª

(Prazo de Execução/Duração do Contrato)

- 1 – O contrato terá a duração de três anos.
- 2 – Devido a complexidade do processo judicial em questão, é previsível que o prazo de três anos, não seja suficiente para que seja proferida a sentença em primeira instância, deste modo este contrato renova-se automaticamente por o período de um ano, até que seja proferida a sentença em primeira instância.

Cláusula 4ª

(Condições de Pagamento)

O pagamento será efetuado após a receção das faturas nos serviços de contabilidade da câmara municipal e o pagamento será efetuado da seguinte forma:

- 1.ª Fase – Estudo, análise e elaboração de contestação. – Valor 12.000,00€.
 - 50 % com a adjudicação dos trabalhos, e os restantes 50% com a apresentação da contestação.
- 2.ª Fase – Apresentação de requerimentos/intervenções/diligências judiciais posteriores ao normal decurso do processo, fase de audiência de discussão e julgamento. – Valor 7.500,00€.
 - 50 % com a marcação de audiência de discussão e julgamento, e os restantes 50% com o final da mesma.

Cláusula 5ª

(Caução)

1. Nos termos do nº 2 do artigo 88º, do Decreto-Lei nº 18/2008 de janeiro, na sua atual redação, não é exigível caução.

Cláusula 6ª

(Produção de Efeitos)

O presente contrato produz efeitos a partir da sua assinatura.

Cláusula 7ª

(Fiscalização Prévia)

O presente contrato não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do art.º 48º da Lei nº 98/97 de 26 de agosto, a qual vigora com as alterações



MUNICÍPIO DE MURÇA

CÂMARA MUNICIPAL

da Lei nº 2/2012 de 6 de janeiro, conjugada com a disposição do artigo 164º da Lei nº 114/2017 de dezembro.

Cláusula 8ª (Classificação Orçamental)

O presente contrato será suportado por conta da verba inscrita no orçamento do corrente ano, cuja rubrica orçamental tem a seguinte classificação económica nº 020214, pela proposta de cabimento nº 2018/763, no valor de 19.500,00€ acrescidos de IVA à taxa legal em vigor e pelo compromisso de despesa nº 2018/948.

Cláusula 9ª (Gestor de Contrato)

Nos termos do nº 1 do art.º 290-A foi designado gestor de contrato, através do despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 13-11-2018, o Chefe de Divisão, Dr. Mário José Pinto Sampaio, que tem a função de acompanhar permanentemente a execução deste contrato.

Cláusula 10ª (Documentos Integrantes do Contrato)

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. Constituem anexos do presente contrato os seguintes elementos:
 - a) Caderno de Encargos;
 - b) Ofício Convite;
 - c) Proposta do Adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior e o clausulado do contrato, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados, salvo quanto os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artº 99º e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artº 101º, ambos do CCP.

Cláusula 11ª (Documentos Arquivados)

Ficam arquivados no processo, além de outros, os seguintes documentos:

- Certidão emitida pelo serviço de Finanças de Porto 2 em 21-11-2018, comprovativo do representado do segundo outorgante não ser devedor de quaisquer contribuições ou impostos ao estado, válida até 21/02/2019;



MUNICÍPIO DE MURÇA

CÂMARA MUNICIPAL

- Declaração emitida pela Segurança Social, comprovativa da representada do segundo outorgante possuir a situação regularizada perante a Segurança Social, emitida em 21-11-2018 e válida até 21-03-2019;
- Certidões de Registo Criminais da empresa e dos seus representantes;
- Declaração conforme modelo do anexo II do CCP;
- Cópia do Livro de Registo de Sociedades de Advogados;
- NIFC da empresa;

Cláusula 12ª (Omissões)

Em tudo o que for omissa o presente contrato será regulado pelas disposições do Código dos Contratos Públicos, alterações vigentes e demais legislação aplicável ao objeto do contrato.

Para os devidos efeitos, se elaborou o presente contrato em triplicado, sendo um exemplar para cada uma das partes, e o outro para ser junto ao processo da obra, as quais lhe dão o seu pleno acordo e declaram aceita-lo nos precisos termos exarados, obrigando-se ao seu integral cumprimento.-----

Murça, 30 de Novembro de 2018.

O Primeiro Outorgante,


(Dr. Mário Artur Correia Lopes)

O Segundo Outorgante,


(Dr. Carlos Miguel Ramos Pereira)



MUNICÍPIO DE MURÇA

CÂMARA MUNICIPAL

REGULAMENTO GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – CONSENTIMENTO

CONTRATO

“Representação jurídica da Câmara Municipal de Murça na ação administrativa de processo comum emergente de vínculo de emprego público interposto por Marcelino de Assis Gomes Augusto, funcionário do Município de Murça. Processo 24671/18.1BEPRT”

Considerando que:

- a) Nos termos do disposto no artº 6º do Regulamento Geral de Proteção de Dados, (RGPD) é lícito o tratamento dos dados pessoais dos outorgantes do contrato supra identificado por se encontrar abrangido pelo cumprimento de uma obrigação legal (cfr. al. c) do nº 1 do referido artigo), mormente, pelo disposto nos artigos 465º e 127º, ambos do Código dos Contratos Públicos, que determinam a obrigatoriedade de divulgação dos contratos sujeitos à parte II do referido Código no Portal dedicado aos contratos públicos denominado de “Portal Basegov”;
- b) No estrito cumprimento da al. b) do nº 1 do artº 6º do supra citado Regulamento, o tratamento dos dados pessoais dos outorgantes é ainda lícito, porquanto o seu tratamento torna-se necessário para a execução deste contrato.

Pretendem os outorgantes melhor identificados no referido contrato, prestar o seu consentimento para o tratamento dos seus dados pessoais com a finalidade específica de publicitação na íntegra do contrato no “Portal Basegov”, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 6º e artigo 7º do RGPD.

Murça, 30 de Novembro de 2018.

Pelo Primeiro Outorgante

(Dr. Mário Artur Correia Lopes – Presidente Câmara Municipal de Murça)

Pelo Segundo Outorgante

(Dr. Carlos Miguel Ramos Pereira)